

# Será Oportuno Investir Numa Estratégia Coerente de Inovação?

Por COLABORAÇÃO INTELI - INTELIGÊNCIA EM INOVAÇÃO  
Segunda-feira, 05 de Janeiro de 2004

*A análise dos projectos "Cidades Digitais" reforça a necessidade de implementar uma visão baseada no conhecimento para o território, a qual deverá viabilizar infra-estruturas, incentivos e um quadro institucional que promova dinâmicas de mobilidade de pessoas e de acesso à informação*

## Manuel Heitor

O ano de 2004 ficará com certeza associado à tão esperada reorganização do território nacional, a qual não deveria escapar à evolução das políticas europeias de desenvolvimento regional. É neste contexto que nos parece ser particularmente oportuno reforçar a necessidade de debater o desenvolvimento do espaço público e da afirmação social e económica das cidades e regiões portuguesas, num contexto em que a inovação é o factor crítico para o desenvolvimento social e em que a ideia de policentrismo transnacional começa a ganhar peso na Europa.

Sendo claro hoje que a relativa massificação do acesso à internet e a vulgarização das tecnologias de informação e comunicação desempenham factores críticos de desenvolvimento, mas que por si só não promovem esse desenvolvimento, pergunta-se então como promover a concretização de estratégias de reposicionamento internacional (nomeadamente na Europa) dos espaços urbanos nacionais (incluindo regiões periféricas), de uma forma que promova o desenvolvimento da sociedade portuguesa?

Passados cerca de cinco anos do lançamento em Portugal do conceito de "cidade e região digital", a análise em curso no IST no âmbito do estudo de políticas de inovação tem mostrado que a implementação de infra-estruturas regionais de acesso e partilha de informação, para além de poder constituir um instrumento de gestão regional e de disponibilização de informação, envolve um complexo sistema de interacções entre infra-estruturas, gestão de conteúdos e a mobilização de comunidades de utilizadores, de uma forma que só poderá ser compreendido em termos de processos graduais de aprendizagem colectiva, particularmente determinados por fluxos de informação complexos. Referimo-nos à necessidade de perceber o território para além da disponibilização de um conjunto de recursos num espaço geograficamente limitado, mas considerando uma visão baseada no conhecimento, o qual é necessariamente cumulativo em natureza.

De facto, os últimos inquéritos à Sociedade de Informação em Portugal, assim como estatísticas internacionais recentes sobre acesso e partilha de informação (ver figura), mostram não só avanços significativos em Portugal desde meados da década de 90, mas sobretudo um conjunto de importantes desafios, incontornáveis em termos do desejável aumento da competitividade nacional no cenário internacional. Por exemplo, em

termos do índice de partilha de informação (mais correctamente "network readiness index") do "World Economic Forum", Portugal está numa fase de transição perante o conjunto de países industrializados para os quais a partilha efectiva de informação não está dependente apenas do nível de riqueza nacional (como acontece em zonas e países em desenvolvimento, naturalmente para níveis absolutos de partilha de informação muito inferiores), mas está sobretudo associada a aspectos de natureza institucional, do contexto regulatório vigente e do nível de sofisticação das competências implementadas.

## **Mobilizar, articular e incentivar**

Concentremos a discussão destes desafios em três dos aspectos que a análise dos projectos "Cidades e Regiões Digitais" nos tem revelado. Primeiro, a utilização de redes comuns para acesso e partilha de informação foi particularmente promovida através de comunidades de prática específicas, normalmente integrando formas de conhecimento e associadas a instituições do sistema científico e tecnológico (incluindo centros tecnológicos, politécnicos, universidades e bibliotecas, em termos do que chamamos de "knowledge integrated communities"), que desempenham um papel mobilizador na concretização do esforço de garantir um processo gradual de aprendizagem colectiva sobre o acesso e a partilha de informação.

Segundo, a mobilização da sociedade de informação assenta normalmente na colaboração entre entidades de diferente natureza (públicas, privadas, sociais), nomeadamente em parcerias, requerendo um quadro regulamentar que promova a sua sustentabilidade e dinâmica. Neste aspecto, a regulação pelo Estado tem estado preocupada com a concorrência, eliminando barreiras à entrada e garantindo o acesso a infra-estruturas, mas enfrenta hoje novos desafios, nomeadamente de articulação entre autoridades nacionais e comunitárias, e decorrentes da tendência para a convergência de serviços, de tipos de redes e de terminais.

Terceiro, as dinâmicas (de inovação...) geradoras de novos valores económicos e sociais passam necessariamente pela compreensão do factor tempo associado a qualquer processo de aprendizagem colectiva, quer em termos do estabelecimento de relações económicas, quer no fortalecimento de relações sociais, o qual vem exigir a continuidade de políticas públicas, naturalmente associadas à continuidade de incentivos, mas também de esquemas de avaliação, assim como ao correcto posicionamento do Estado perante os actores sociais e económicos.

## **Novos desafios**

Mas a análise ficaria incorrecta se não discutíssemos os três aspectos anteriores juntamente com a necessidade de considerar o processo de contínua e acelerada mudança tecnológica como endógeno ao próprio desenvolvimento. De facto, a evolução recente das tecnologias móveis e a possibilidade crescente de viabilizar a integração a baixo custo de serviços de voz, imagem e dados, assim como vários tipos de terminais e de redes (telefone, cabo, satélite), vem permitir responder a novos desafios, que no contexto nacional urge debater de forma a possibilitar

actuar por antecipação em relação a outras estratégias de desenvolvimento regional emergentes numa Europa alargada.

É neste contexto que nos parece particularmente oportuno reforçar o desenvolvimento do espaço público em Portugal em termos inovadores a nível internacional e respondendo a grandes desafios nacionais, como seja a mobilidade de pessoas e bens em meios urbanos, integrando a mobilidade no acesso à informação. De facto, é bom lembrar que o secretariado das Nações Unidas previu recentemente que para 2015, apesar da população total de Portugal continuar próxima dos dez milhões de habitantes actuais, as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto deverão acolher aproximadamente 70 por cento de toda a população nacional, sendo que, em 2030, mais de 80 por cento dos portugueses deverão viver em áreas urbanas (1). Para além de quaisquer políticas que possam vir a reduzir este padrão de crescimento, a análise reforça novos desafios à mobilização da sociedade de informação em Portugal. A oportunidade é agora de desenvolver "zonas móveis" (2), enquanto espaços dinâmicos de interacção e aprendizagem, usufruindo de novos modelos de comunicação que não só permitam a diminuição da dependência dos transportes e a implementação de esquemas de mobilidade sustentável, mas, principalmente, possibilitem a fixação da população fora dos grandes centros urbanos em condições de igualdade social e competitividade empresarial.

Em termos de conclusão, e para além de qualquer estratégia de afirmação nacional num espaço europeu à procura de viabilizar um policentrismo transnacional, a análise mostra a necessidade de reforçar a visão (já tentada com a "Cidades Digitais") de perceber o território com base no conhecimento, o que deverá evoluir no sentido de facilitar infra-estruturas, incentivos e um quadro institucional que promova dinâmicas de mobilidade de pessoas e de acesso à informação. A oportunidade identificada passa necessariamente por compreender o nível de sofisticação das competências a desenvolver e implementar esquemas de incentivos adequados à afirmação internacional dos espaços urbanos nacionais.

(1) United Nations Secretariat, (2001), "World Urbanization Prospects", Department of Economic and Social Affairs.

(2) Conceição, Ferreira, Heitor e Moutinho (2004), "From Digital Cities to Mobile Regions: a policy learning process fostering local systems of innovation and competence building", IAMOT Annual Conference.

Colaboração Inteli - Inteligência em Inovação